

AUTOGESTÃO E ECONOMIA SOLIDÁRIA: APOIO À RECUPERAÇÃO DE EMPRESAS PELOS TRABALHADORES EM AUTOGESTÃO

Dione Manetti

Da Secretaria Nacional de Economia Solidária do MTE

Durante toda a década de 1980, convivemos com a estagnação econômica e, ao final desse período, fomos premiados com a inserção do Brasil no mundo da globalização — privatizações, abertura do mercado para a concorrência externa, reorganização do setor produtivo nacional, fechamento de um número significativo de empresas do setor industrial e o conseqüente desemprego em massa. Essa nova realidade foi sentida por todos os brasileiros, desde aqueles que durante toda a vida garantiram sua sobrevivência por meio do trabalho formal até os que nunca haviam ingressado nele.

Sentiram também aqueles que tentavam organizar a resistência a esse modelo globalizador da pobreza e das desigualdades sociais. O refluxo dos movimentos sociais vivido na década de 1990 teve forte influência dessa conjuntura. Como se poderia esperar que um homem ou uma mulher, desempregados, pudessem pensar ou ter motivação para lutar por melhores condições de vida, se não conseguiam encontrar respostas para as suas próprias necessidades básicas? O movimento sindical sentiu profundamente essa realidade, pois a garantia do emprego passa a estar acima de outras questões relativas a manutenção e ampliação dos direitos dos trabalhadores e trabalhadoras. As filas de desempregados em busca de emprego são usadas como arma contra aqueles que ousam reivindicar melhores condições de trabalho.

Isso tudo promoveu uma mudança política e cultural em nosso país, introduzindo novos entendimentos sobre as possíveis alternativas para o enfrentamento da crise e constituindo e fortalecendo novas frentes de luta como, por exemplo, os temas relativos à questão de gênero, raça e etnia, a luta pela moradia, as questões ambientais, além de outras.

A Economia Solidária, que surgiu na década de 1980 vinculada principalmente a setores da igreja católica, assume, nesse contexto, especial importância pela sua capacidade de responder a uma das principais questões de todas essas lutas, que é a geração de trabalho e renda, sem o que a conquista de condições mais dignas de vida não poderia ser alcançada.

É a partir da economia solidária que surgem numerosas e importantes experiências de autogestão no Brasil. Aglutinam-se na economia solidária homens e mulheres que buscam conquistar condições mais dignas de vida. É na economia solidária que começam a se apresentar novas concepções e paradigmas de organização econômica e social para a nossa sociedade. Com esse tema se reafirmam as convicções sobre a necessária democratização da economia e o entendimento de que isso só poderá ocorrer com a efetiva participação dos trabalhadores.

A economia solidária tem sido um ambiente fértil em experiências de organização coletiva, que se iniciam no âmbito das atividades laborais e se estendem, gradativamente,

para outros ambientes da vida em sociedade. São iniciativas que surgem, em um primeiro momento, da necessidade das pessoas em garantir sua sobrevivência diária, mas aos poucos produzem uma importante transformação cultural nas relações entre os trabalhadores que vivem essas experiências.

A economia solidária é bastante diversa, seja em setores e ramos de produção ou mesmo no que tange à dimensão econômica de seus empreendimentos. É muito forte na economia solidária a presença dos pequenos grupos de produção, muitos dos quais funcionam na informalidade em função dos modestos resultados econômicos, o que logicamente dificulta a sua constituição legal.

Os grupos com essas características surgem, na sua maioria, de iniciativas de caráter popular. Trabalhadores desempregados que decidem montar seu próprio negócio; comunidades que se reúnem para organizar grupos de produção; grupos de produção familiar; e tantos outros que surgem diariamente como forma de enfrentar as mazelas produzidas pela desigualdade social em nosso país.

A economia solidária também possui na sua base muitas experiências de empreendimentos economicamente mais estruturados. A grande maioria deles é composta das chamadas empresas recuperadas, que nascem de crises ou fechamento de empresas capitalistas e, a partir da organização coletiva de seus trabalhadores, são refundadas sob a égide da autogestão.

Esses empreendimentos surgiram com força no Brasil, principalmente a partir do início da década de 1990, e rapidamente tornaram-se referência na luta pela garantia do trabalho. Aliados ao movimento sindical, os trabalhadores dessas empresas, para além de reivindicarem receber seus direitos não-pagos, fato que caracteriza as empresas em crise, incluem na sua pauta a luta pela manutenção dos postos de trabalho.

Esses empreendimentos foram se constituindo e funcionando durante toda a última década, de forma heróica, sem contar com o apoio do Estado, salvo raras exceções, como, por exemplo, os programas de economia solidária de alguns poucos governos estaduais e municipais.

Sem o apoio do Estado, a viabilização desses empreendimentos tornava-se mais difícil ainda. Como são empreendimentos novos, embora utilizando estruturas de produção já existentes, têm difícil acesso às linhas de financiamento disponibilizadas pelos agentes financeiros, seja pela falta de histórico na atividade econômica dos novos empreendimentos ou mesmo pela ausência, na maioria das vezes, de garantias reais que assegurem o retorno financeiro para o financiador, diminuindo assim o risco da operação. A ausência de financiamento é um dos maiores entraves para a constituição e consolidação desses empreendimentos porque impede novos investimentos e a disponibilização de recursos para capital de giro. Isso dificulta a capitalização do empreendimento e, conseqüentemente, interfere na sua capacidade de sobrevivência no mercado. Além disso, sem os recursos necessários, fica mais difícil a participação dos trabalhadores nos leilões que aos poucos vão levando embora o patrimônio da antiga empresa, sem o qual o novo empreendimento tende também a sucumbir.

Além do financiamento, a capacitação técnico-gerencial para o trabalho coletivo é de fundamental importância. Fazem parte desses empreendimentos trabalhadores que foram formados em uma cultura que nos ensina a ser patrão ou empregado, a mandar ou ser mandado; que nunca tiveram a oportunidade de conhecer a integralidade do processo produtivo das empresas nas quais trabalhavam; que, na maioria das vezes, não têm conhecimen-

to das relações da empresa com os seus clientes ou com o mercado. Essa realidade exige um intenso e permanente processo de formação, no qual os trabalhadores precisam estar dispostos a se integrarem.

Dada essa realidade, o acompanhamento e a assessoria técnica são fundamentais durante o início das atividades produtivas do empreendimento. Muitas são as questões de ordem jurídica, administrativa e/ou financeira que se apresentam e que exigem ações complexas, por isso a importância da disponibilização de um suporte técnico que nem sempre está ao alcance dos empreendimentos.

Compreendendo a importância econômica e social desses empreendimentos, o Governo do Presidente Lula decidiu criar no âmbito do Programa Economia Solidária em Desenvolvimento, coordenado pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), por meio da Secretaria Nacional de Economia Solidária (Senaes), a “Ação de Apoio à Recuperação de Empresas pelos Trabalhadores em Autogestão”, que visa contribuir para a consolidação da Economia Solidária no Brasil e para a inclusão e organização produtiva autogestionária dos trabalhadores de empresas recuperadas ou em crise.

Com essa ação serão atendidas empresas em situação de crise jurídica e financeira em eminência de encerrarem suas atividades produtivas, nas quais os trabalhadores possam se interessar em organizar-se para recuperá-las, além daquelas que já se encontram em processo de recuperação.

Serão realizados capacitações, oficinas temáticas, seminários, estágios cooperativos e outras atividades com vistas a fortalecer a organização coletiva dos empreendimentos bem como seu processo de gestão. Estão previstos também a elaboração de estudos de cadeias produtivas, a elaboração de projetos de viabilidade econômica e de projetos de financiamento, peças fundamentais para a construção da sustentabilidade econômica dos empreendimentos.

Para essa primeira etapa da ação está previsto o atendimento de 139 empreendimentos, que devem beneficiar diretamente cerca de 10.575 trabalhadores.

Na execução dessa ação a Senaes estabeleceu parceria com duas entidades nacionais que têm reconhecido trabalho com empreendimentos em processo de recuperação, que são a Associação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Autogestão (Anteag) e a União e Solidariedade das Cooperativas e Empreendimentos de Economia Social do Brasil (Unisol-Brasil).

Em parceria com essas entidades, como resultado do trabalho a ser desenvolvido, pretendemos estimular a ampliação da produção e comercialização dos empreendimentos solidários e autogestionários no Brasil; ampliar o número de empreendimentos solidários e autogestionários consolidados; ampliar o faturamento desses empreendimentos; ampliar a renda média real dos trabalhadores das empresas apoiadas; fomentar a organização em rede desses empreendimentos; e divulgar e fortalecer, por meio dos resultados obtidos, a economia solidária e a ação do MTE/Senaes.

Por último vale destacar que essa política resulta de um importante processo de discussão do governo com os setores sociais que atuam nesse campo; representa um importante avanço no necessário reconhecimento por parte do Estado de um setor que cresce como alternativa real a esse modelo de organização do trabalho e da economia, gerador da pobreza e das desigualdades sociais. Significa um passo importante rumo à democratização das ferra-

mentas públicas do Estado, para que estas definitivamente respondam às necessidades do conjunto do povo brasileiro; e reforça um setor da economia solidária que é de fundamental importância para o avanço e consolidação da mesma.

A economia solidária está crescendo e avançando no Brasil. No governo federal a economia solidária contagiou os vários órgãos da sua estrutura e está presente nas políticas de vários ministérios. Essa ação representa uma ponta importante de uma política muito mais ampla que oxigena e fortalece a economia solidária do Brasil.